

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 632 - Brasília, quarta-feira, 4 de fevereiro de 1998

O SENADO VOTA HOJE

1 Acordo permite exame de direitos autorais

Substitutivo da Câmara a projeto de lei do Senado deverá ser apreciado pelo plenário em regime de urgência. Página 3

2 CAS aprecia vínculo de cooperativados

Projeto de lei que trata do vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados será votado pela Comissão de Assuntos Sociais. Pág. 2

3 Reforma administrativa está na pauta da CCJ

Comissão deve votar hoje parecer do senador Romero Jucá, que acolhe nove e rejeita 17 das emendas de plenário. Página 6



O plenário discute o substitutivo de Kleinübing, antes de votar a proposta

Sigilo bancário ganha nova regulamentação

Bancos serão obrigados a fornecer à Receita Federal os nomes de pessoas ou empresas que movimentarem grandes quantias no sistema financeiro

Por unanimidade, o plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei complementar que estende aos procuradores federais, à Receita Federal, à Comissão de Valores Mobiliários e ao Tribunal de Contas da União o direito de solicitar quebra de sigilo bancário, sem necessidade de autorização judicial. Esse direito já existe para o

Congresso Nacional e para o Banco Central. De autoria do senador Lúcio Alcântara e com substitutivo proposto na CAE pelo senador Wilson Kleinübing, o projeto obriga os bancos a fornecer à Receita Federal os nomes de pessoas ou empresas que movimentarem no sistema financeiro quantias elevadas. **Págs. 4 e 5**



Ainda na pauta, requerimento da senadora Marina Silva para discutir com autoridades e ONGs o desmatamento na Amazônia

CAS debate vínculo entre cooperativas e associados

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), discute hoje, a partir das 10h, o projeto de lei da Câmara que trata do vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados. O relator da matéria é o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), que concluiu favoravelmente ao projeto, com a apresentação de emendas, e pelo não acolhimento de substitutivo apresentado pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT).

Pelo projeto, que revoga o artigo 442 da CLT, as coo-



Jonas: favorável, mas com emendas

operativas de trabalho poderão manter vínculos empregatícios com seus associados ou com os tomadores dos serviços que prestam.

Outro item da pauta é um

requerimento da senadora Marina Silva (PT-AC) para que sejam convidados os ministros do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Gustavo Krause, e da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas; o presidente do Ibama, Eduardo Martins, e o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Márcio Nogueira Barbosa, além de representantes de organizações não-governamentais e da comunidade científica para prestarem esclarecimentos quanto ao desmatamento na Amazônia.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Despacho interno

12h - Participa da solenidade de sanção ao projeto de lei "Banco da Terra". Salão Leste do Palácio do Planalto

15h30 - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado
Pauta: "Projeto de Resolução nº 1/98, que autoriza o estado do Rio Grande do Sul a elevar temporariamente os limites previstos no art. 4º, incisos I e II, da Resolução 69/95, do Senado Federal, de forma a permitir que o estado possa realizar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor de R\$ 38,6 milhões; "Mensagem nº 81/98, que submete à deliberação do Senado o nome de Carlos Alberto Pessoa Pardellas, ministro de primeira classe do quadro especial da carreira de diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República da Bulgária; e "PLS nº 249/89, que altera, atualiza e consolida a Lei nº 5.988/73, que regula os direitos autorais

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Discussão e votação das emendas de plenário à "PEC nº 41/97, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle e despesas e finanças públicas, e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal (reforma administrativa). Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: "Requerimento da senadora Marina Silva, para que sejam convocados pela comissão os ministros de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Gustavo Krause; da Ciência e Tecnologia, Israel Vargas; o presidente do Ibama, Eduardo Martins; e o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe, Márcio Nogueira Barbosa; além de representantes de organizações não-governamentais e da comunidade científica, para prestar informações, em audiência pública, sobre os índices de desmatamento da Amazônia, referentes ao período de 1995-1997, anunciados nesse último dia 26.01.98, na cidade

de São José dos Campos; "PLC nº 31/97 (tramitando em conjunto com o PLS nº 156/97), revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43; "PLS nº 156/97 (tramitando em conjunto com o PLS nº 31/97), altera a redação do parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Mensagens nºs 80/97 e 83/98, submetendo à deliberação do Senado Federal os nomes dos diplomatas Mário Augusto Santos e Synesio Sampaio Goes Filho para exercerem o cargo de embaixador do Brasil junto à Ucrânia e a Portugal, respectivamente; "PDL nº 144/97, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural, celebrado entre o Brasil e o Uruguai, em Rivera, em 16.10.96; "PDL nº 74/97, que aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29.05.93; "PDL nº 132/97, que aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação Econômica, Industrial e para o Desenvolvimento, celebrado entre o Brasil e a Itália, em Roma, em 12.02.97; "PDL nº 59/97, que aprova o texto do Acordo por Troca de Notas relativo ao ingresso do Brasil, na qualidade de membro pleno, no Comitê do Aço da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE, celebrado entre o Brasil e aquela organização, em Paris, em 17.06.96. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quinta-feira (05.02.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: "PDL nº 133/97, que aprova o texto do Acordo de Cooperação na área de Turismo, celebrado entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Hungria

COMISSÕES

Quinta-feira (05.02.98)

10h - Reunião conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Educação
Pauta: Discussão e votação do "PLC nº 78/97, que institui normas gerais sobre desporto. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa



Indicações de embaixadores serão relatadas por Agripino e Napoleão

CRE reúne-se hoje para examinar acordos internacionais

A discussão e votação pelo plenário da Casa, durante mais de três horas, do projeto de lei sobre sigilo bancário levou ao adiamento, para hoje, da reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) que estava marcada para as 17h30 de ontem. O adiamento foi anunciado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), presidente em exercício da comissão.

A comissão vai examinar quatro projetos sobre acordos internacionais, entre os quais o que aprova o texto da convenção relativa à proteção das crianças e à cooperação em processos de adoção internacional. A ma-

téria volta à pauta da comissão, após ficar sobrestada em decorrência do pedido de vista feito pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ), relatora do projeto.

Constam da pauta também duas mensagens do Executivo que submetem à deliberação do Senado indicações de nomes dos diplomatas Mário Augusto Santos e Synesio Sampaio Goes Filho para exercerem os cargos de embaixador do Brasil junto à Ucrânia e a Portugal, respectivamente. As mensagens serão relatadas pelos senadores José Agripino (PFL-RN) e Hugo Napoleão (PFL-PI).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Comissão de Justiça acata parecer de Tuma que exclui da proposta três artigos que tratam mais dos direitos do empregador do que do autor

Projeto sobre direito autoral ganha urgência no plenário

O plenário do Senado vota hoje, em regime de urgência decidido por acordo das lideranças, o substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de lei do Senado que altera a lei que regula os direitos autorais. A matéria foi apreciada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que, sob a presidência do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), acatou o parecer do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP). O parecer deixou de acolher os artigos 36, 37 e 38 da matéria, por entender que os três artigos contemplariam mais os direitos do empregador do que os direitos do



Tuma: projeto é de Luiz Viana autor.

De acordo com o substitutivo, o autor é a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica. A aquisição do original de uma obra, ou de exemplar, não confere ao adquirente qualquer dos di-

reitos patrimoniais do autor, salvo convenção em contrário entre as partes e os casos previstos na lei.

Romeu Tuma lembra em seu parecer que esse projeto de lei é de autoria do "saudoso" senador Luiz Viana Filho e tem como objetivo alterar, atualizar e consolidar a legislação sobre direito autoral. A proposta fora aprovada no Senado, com emendas, e depois enviada à apreciação da Câmara, onde recebeu substitutivo que, segundo o relator, "embora tenha mantido a intenção, inseriu modificações à proposta original, ora acrescentando dispositivos, ora modificando o teor de muitos deles".

Pauta inclui operação de crédito para RS

O plenário do Senado vai deliberar também hoje sobre o projeto de resolução que autoriza o governo do Rio Grande do Sul a ampliar os limites de endividamento do estado para fechar operação de crédito no valor de R\$ 38,6 milhões junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os senadores apreciam, ainda, mensagem presidencial que indica o diplomata Carlos Alberto Pessoa Pardellas para embaixador do Brasil na Bulgária.

O nome de Pardellas foi submetido à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) no último dia 27, com relatório do senador Humberto Lucena (PMDB-PB). Entre as posições que ele ocupou durante sua carreira estão os cargos de encarregado de negócios em Pequim e na Santa Sé e embaixador em Teerã. Se for nomeado para servir em Sófia, encontrará um país registrando avanços desde que, com o fim do regime comunista, começou a se adaptar à economia de mercado.



As atendentes ouvem sugestões de pessoas de todo o país

Voz do Cidadão recebeu mais de 40 mil ligações

Desde que começou a funcionar, no dia 21 de janeiro de 1997, o serviço *Voz do Cidadão*, que pretende aproximar o público do Senado, recebeu, até dezembro último, 41.810 ligações de pessoas de todo o Brasil, com sugestões, elogios, críticas e pedidos de informação.

Desse número, 26.229 foram registradas no banco de dados e encaminhadas para os senadores a que se dirigiam - o que é feito no prazo máximo de 24 horas a contar do momento da ligação, por correio eletrônico e mediante envio de um relatório. As demais ligações destinavam-se apenas à obtenção de informações sobre como falar com os senadores ou sobre os números dos telefones dos gabinetes.

Das regiões Sul e Sudeste vem a maior parte das ligações - 12.855 delas foram provenientes do estado de São Paulo; o Rio de Janeiro aparece em seguida. Idosos e telespectadores da TV Senado compõem a maioria dos usuários que procuram o serviço. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) é o mais procurado pelos usuários para o encaminhamento de idéias e comentários.

Há momentos em que o *Voz do Cidadão* é mais procurado pelo público. Durante a CPI dos Precatórios, por exemplo, houve mais de mil ligações, e os senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e Bernardo Cabral (PFL-AM)

foram os mais requisitados. Outro momento que gerou muitas ligações foi a votação da reforma da Previdência. A maioria das pessoas defendia a paridade entre ativos e inativos.

O *Voz do Cidadão* - 0800 612211 - atende também a pedidos de assinatura do *Jornal do Senado* - foram 623 no ano passado - e responde a questionamentos de usuários - em 1997, enviou 263 cartas com informações a pessoas de todo o país.

Quatorze estudantes da Universidade de Brasília - a maioria matriculada nos cursos de Ciência Política e de Relações Internacionais - atendem às ligações para o *Voz do Cidadão*, serviço coordenado por Jussanan Portela dos Santos, da Coordenação de Relações Públicas do Senado. Eles recebem uma bolsa mensal no valor de R\$ 277,74 para um turno de quatro horas de trabalho.

Segundo Jussanan Portela, como houve um crescimento grande do número de ligações para o *Voz do Cidadão*, o serviço terá nova sede - uma sala na recepção da Rádio Senado, que está sendo reformada e deverá ser entregue em abril. Além disso, passou a contar com equipamentos de gravação que permitirão, no futuro, que seja colocada no ar - na Rádio e na TV Senado - a pergunta formulada pelo cidadão.



Antonio Carlos Magalhães rejeita privilégios para os magistrados

ACM descarta nova votação de aposentadoria

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que o presidente da Câmara, Michel Temer, não tem razão ao propor nova votação para a aposentadoria especial dos juizes, e garantiu que vai realizar a promulgação da emenda da reforma administrativa.

- Aqui no Senado a matéria não será mais votada. Não podemos ficar nesse pingue-pongue. O Brasil precisa de pressa e de se votar

as coisas importantes, e não de se cuidar de privilégios, como está se cuidando. Eu não acredito até que o presidente Michel Temer prosiga nesta linha - declarou.

- Eu respeito o ponto de vista do presidente Michel Temer, mas o Senado, evidentemente, vai promulgar com a Mesa da Câmara - acredito - a emenda como foi aqui votada, porque foram aqui julgados prejudicados os privilégios dos magistrados - afirmou.

Aprovado por unanimidade projeto de lei complementar que estende aos procuradores federais, à Receita Federal, à Comissão de Valores Mobiliários e ao Tribunal de Contas da União o direito de ter acesso a movimentações financeiras

Senado amplia quebra de sigilo bancário

O plenário do Senado aprovou ontem, por unanimidade, projeto de lei complementar que estende aos procuradores federais, à Receita Federal, à Comissão de Valores Mobiliários e ao Tribunal de Contas da União o direito de solicitar quebra de sigilo bancário, sem necessidade de autorização judicial. Esse direito já existe para o Congresso Nacional e para o Banco Central. Com isso, ficará mais fácil a investigação de fraudes fiscais e a identificação de atividades do crime organizado.

De autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e com substitutivo proposto na CAE pelo senador Wilson Kleinübing (PFL-SC), o projeto apresenta uma grande inovação para a Receita Federal: os bancos serão obrigados a fornecer a este órgão os nomes de pessoas ou empresas que movimentarem no sistema financeiro quantias mais elevadas. O valor e a periodicidade serão definidos pelo governo. A partir dessas informações, a Receita poderá abrir fiscalização em cima de movimentações suspeitas, inclusive pedindo a quebra de sigilo bancário dos envolvidos.

- Em vários países, inclusi-



Debate foi intenso, principalmente sobre a obrigatoriedade das instituições financeiras encaminharem à Receita lista das movimentações mais elevadas

ve nos EUA, o sigilo bancário não é um dogma. Por que não devemos também modernizar a legislação sobre o assunto? O projeto abre novas frentes de combate à corrupção, às fraudes e ao crime organizado - afirmou o autor da proposta, Lúcio Alcântara. O projeto será agora enviado à apreciação da Câmara dos Deputados.

Durante quase três horas, os senadores debateram o projeto, principalmente uma emenda do senador José Serra (PSDB-SP), que pretendia retirar da proposta o artigo que

obriga as instituições financeiras a encaminharem à Receita a lista das movimentações mais elevadas. Para ele, haverá muita concentração de poder nas mãos do "Leão" e, com isso, o risco de abuso. A tese foi contestada e apoiada longamente e, no final, por 38 votos contra 34, o plenário decidiu manter no projeto o artigo sobre a Receita.

O projeto recebeu total apoio do senador Jefferson Péres (PSDB-AM), que relatou o assunto na CCJ, onde também apresentou substitutivo. Por

acordo, acabou sendo votado pelo plenário o substitutivo de Kleinübing. Jefferson Péres discordou de críticas de alguns parlamentares quanto à possibilidade de procuradores federais pedirem quebra de sigilo bancário. Para ele, os procuradores não irão transformar a autorização "num festival", porque o pedido deve antes ser aprovado pelo Conselho Superior do Ministério Público.

Wilson Kleinübing observou durante a discussão que o Senado não estava autorizando a Receita Federal a pedir a que-

bra de sigilo bancário das pessoas que movimentarem quantias mais elevadas. "Só estamos determinando que a Receita receba a lista de movimentações elevadas. Se os fiscais suspeitarem de alguma delas, podem abrir uma investigação", explicou.

Uma novidade que ajudará no combate à sonegação fiscal: o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários devem comunicar à Receita Federal irregularidades ou ilícitos administrativos de que tiverem conhecimento. Atualmente, o BC toma conhecimento de tais irregularidades, mas é impedido de repassar as informações ao "Leão", para investigações tributárias.

Em 13 artigos, com seis laudas, o projeto detalha as condições e situações da quebra do sigilo bancário. Determina que as instituições que receberem as informações sigilosas não podem torná-las públicas, prevendo até dois anos de cadeia para quem divulgar dados sob sigilo. O relator Kleinübing baseou seu trabalho no projeto de Lúcio Alcântara e em outros dois projetos sobre o assunto que tramitavam no Senado, de autoria dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Eduardo Dutra (PT-SE).

TCU tem acesso restrito a informações secretas

O Tribunal de Contas da União só poderá pedir ao Banco Central, às instituições financeiras e à Comissão de Valores Mobiliários informações sigilosas quando se tratar de recursos públicos. A inclusão do TCU entre os que podem pedir informações sob sigilo motivou debates.

O senador José Serra (PSDB-SP) propôs retirar a autorização ao TCU, recebendo apoio do senador Josaphat Marinho (PFL-BA). Josaphat argumentou que o TCU é órgão auxiliar do Legislativo na fiscalização do Executivo e o projeto estava ampliando seus poderes.

Observou que o TCU poderia, quando quisesse, pedir informações aos bancos através do Congresso.

Serra sustentou que sempre defendeu a ampliação e modernização da quebra do sigilo bancário e, por isso, tinha autoridade para propor a retirada do artigo sobre o TCU e sobre a obrigação dos bancos de enviarem informações à Receita. "O projeto em si já é bastante duro. Nos EUA, o combate à sonegação é feito basicamente em cima do padrão de vida do investigado e de sua renda."

Jáder Barbalho (PA), líder do PMDB, discordou do artigo que

dá autorização ao Executivo para definir os valores a partir dos quais os bancos terão de apresentar nomes à Receita. Alertou que o projeto não contém salvaguardas necessárias às pessoas cujos dados bancários sigilosos forem repassados a algum órgão.

Hugo Napoleão (PI), líder do PFL, alertou que não se sabe quem estará no governo amanhã e nem como os novos governantes usarão a Receita Federal. Romeu Tuma (PFL-SP) assinou que o órgão terá de se responsabilizar pelas informações que receber dos bancos. Francelino Pereira (PFL-MG) tam-

bém advertiu para a concentração de poderes na Receita.

Já Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que o Senado já havia aprovado projeto que, entre outras coisas, abre o sigilo bancário de senadores, ao tomarem posse. Roberto Freire (PPS-PE) relatou as dificuldades que o governo tem para obter informações bancárias. "Os bancos se recusam a fornecer ao governo quem pagou e quanto pagou de CPMF", disse. José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, disse que a CPI dos Precatórios só descobriu fraudes com a quebra de sigilo bancário.



O substitutivo de Kleinübing inclui pena de prisão para fraudadores

Mudança já se anunciava pela manhã, na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) já havia aprovado na reunião de ontem pela manhã o substitutivo do senador Wilson Kleinübing (PFL-SC) ao projeto de lei complementar do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que dispõe sobre o sigilo das operações das instituições financeiras.

No relatório de Kleinübing ficou mantido o texto do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), relatado pelo senador Jefferson Péres (PSDB-AM), sobre a requisição de informações feita pelo Ministério Público Federal, que serão previamente aprovadas por umas das suas Câmaras de Coordenação e Revisão, criadas para esse fim.

A CAE rejeitou o artigo 5º

do substitutivo da CCJ, que ampliava às assembleias legislativas, câmaras municipais e tribunais de contas estaduais o poder de quebrar o sigilo bancário de pessoas, empresas ou órgãos públicos - incluindo aí as novas entidades financeiras adicionadas no substitutivo de Kleinübing. Mesmo sob investigação, tais empresas ficam fora da fiscalização dos estados e municípios.

O substitutivo aprovado na CAE também manteve, por sugestão do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), as penas previstas para os agentes de operações financeiras que incorrerem nas infrações previstas na legislação do sigilo bancário, que devem variar de 2 a 6 anos de reclusão para os responsáveis, e que estavam previstas no artigo 10 do substitutivo da CCJ.

Serviço Informativo 24 Horas do Senado Federal

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta; e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

Napoleão diz que documento ainda não é definitivo e Lobão garante que seu partido defende programa de apoio a carentes desde 89

Suplicy destaca apoio do PFL à renda mínima

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou ontem sua surpresa com o reconhecimento e a defesa enfática, por parte do PFL, da instituição de uma garantia de renda mínima e do imposto de renda negativo "como rede de proteção aos que não conseguem uma sobrevivência digna dentro das regras clássicas do mercado".

Essa posição está contida em documento do PFL divulgado pela *Gazeta Mercantil* e apresentado pelo presidente do partido, deputado José Jorge, como "base da aliança eleitoral com Fernando Henrique Cardoso e eixo das campanhas de seus candidatos", disse o senador.

Suplicy anunciou que daria entrada, ainda ontem, a requerimento de informações dirigido ao ministro do Planejamento, Antônio Kandir, para saber quais os municípios que poderão contar com o apoio financeiro do governo para desenvolver seus programas de bolsa-escola, conforme projeto de lei aprovado no final do ano passado.



Suplicy: renda mínima, já

Segundo Suplicy, o documento do PFL tem vários trechos "que guardam um paralelo com a proposta defendida pelo PT desde sua fundação", particularmente no que diz respeito à necessidade de instituir mecanismos que promovam a participação dos cidadãos nas decisões públicas.

Suplicy perguntou por que o programa partidário será defendido apenas para o segundo mandato de FHC. "Por que não colocá-lo em prática agora mesmo?", questionou, sugerindo que, para tal, bastaria que o PFL orientasse sua bancada federal para aprovar o Programa de Garantia de Renda Mí-

nima (PGRM), aprovado pelo Senado em 1991 e pronto para ser votado na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara.

Em aparte, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) salientou que o economista Mário Henrique Simonsen também era favorável ao PGRM. Já o senador Edison Lobão (PFL-MA), entendendo que a intenção de Suplicy era criticar seu partido, enfatizou que o PFL defende a adoção de uma renda mínima desde 1989, mas segundo uma fórmula "possível, pois não vivemos no etéreo".

O líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão (PI), explicou a Suplicy que o documento está apenas iniciado e foi elaborado pelo ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, o governador do Paraná, Jayme Lerner, o ex-prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, e o economista Paulo Rabello de Castro. Por não estar pronto e acabado, todas as sugestões serão bem-vindas, disse.

Maldaner defende novo pacto pelo ensino de terceiro grau

A necessidade de que o governo garanta, "em seu papel fiscalizador e regulador", a qualidade do ensino superior público e privado, viabilizando mecanismos de entendimento que assegurem os direitos das instituições e dos alunos, foi defendida pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Para ele, apenas políticas de amparo a estudantes que não podem arcar com os custos de sua formação poderão evitar a exclusão "dos já poucos brasileiros que conseguem chegar à universidade".

- Os alunos da escola pública são majoritariamente originados das camadas mais abastadas da sociedade, que podem

manter um estudante sem que ele trabalhe. Em contrapartida, a maioria dos alunos que demandam vaga no ensino privado frequentam cursos noturnos, já que são obrigados a trabalhar para se manterem - disse.

Maldaner lembrou que, com a queda da inflação e o consequente aumento de mensalidades nas escolas da rede privada e redução de salários no mercado, o número de alunos inadimplentes aumentou. Na sua opinião, "a formação educacional e profissional transcendendo as relações meramente comerciais de compra e venda de produtos e serviços. Trata-se da prestação de um serviço de altíssimo valor social e



Maldaner: direito do cidadão

um direito do cidadão, garantido pela Constituição".

De acordo com o senador, o Crédito Educativo é um mecanismo que pode ser melhor utilizado para diminuir o índice de inadimplentes nas universidades particulares.

Relator apresenta parecer favorável a nove emendas, todas de redação, e contrário às 17 emendas de mérito. Pedido de vista provoca o adiamento da votação da matéria por 24 horas

CCJ decide hoje se altera a reforma administrativa

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar hoje o parecer do senador Romero Jucá (PFL-RR) sobre as 26 emendas apresentadas em plenário à proposta de reforma administrativa. Ontem, o relator leu seu parecer favorável a nove emendas, todas de redação, e contrário às dezessete emendas de mérito. A partir de pedidos dos senadores Leonel Paiva (PFL-DF) e Romeu Tuma (PFL-SP), o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), concedeu vista coletiva da matéria pelo prazo de 24 horas.

No parecer, Jucá afirma que a proposta de emenda à Constituição que trata da reforma administrativa é o primeiro passo para a solução da crise enfrentada pela administração pública brasileira, e que, para sua eficácia, "é fundamental que esse primeiro passo seja dado o mais rapidamente possível". Segundo o relator, a própria conjuntura internacional tem demonstrado que a reforma deve ser votada este ano.

Após a leitura do parecer, o senador Leonel Paiva pediu vista da matéria. O líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), comentou que o parecer não seria votado naquele momento porque a base governista não estava presente à reunião: "A própria base do governo pediu vista" - disse o parlamentar petista. Já o líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), afirmou que o pedido de vista não "perturba" o calendário de votação, que o prazo da vista deveria ser breve e que a reforma administrativa será votada ainda durante a convocação extraordinária do Congresso.

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) pediu então a palavra para afirmar que não se deve constituir norma a explicitação, em um anexo, das razões da aceitação ou recusa das emendas. Na opinião do senador, tais razões

devem vir no corpo do parecer. O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) contestou tal opinião, afirmando que Jucá havia declarado no parecer que as razões estavam expostas no anexo. A maioria dos senadores concordou com Péres, após debate do qual participaram Jucá, Elcio Alvares, Leonel Paiva e Ramez Tebet (PMDB-MS).



Foi concedida vista coletiva aos senadores, após a leitura do relatório de Romero Jucá (detalhe) sobre as emendas



Emília questiona eficácia das medidas contidas no projeto

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) considerou injustas e sem eficácia as medidas contidas no projeto de reforma administrativa, "outra iniciativa do governo federal que, em nome da urgência, impede alterações sugeridas pelo Congresso". No seu entender, além de apontar para um processo de demissões em curto prazo, a proposta do Executivo aumenta a insegurança dos funcionários públicos ao prever circunstâncias que poderão determinar a quebra da estabilidade.

Argumentou Emília que, embora o governo insista em que o servidor não perderá a estabilidade, o projeto prevê várias possibilidades de demissão: "Mediante processo administrativo com ampla defesa; mediante procedimento de avaliação de desempenho,



Emília teme demissões em massa

assegurada ampla defesa; por meio de ato normativo". Questionou ainda a senadora o que seria "ampla defesa", no caso em que não estiver previsto o direito a processo administrativo.

Em oposição a "alguns defensores desta reforma", Emília acredita que haverá demissões em massa em razão de determinação para que a despesa da União com pessoal não exceda os limites da Lei Camata. Pela reforma na Constituição, fica suspenso o repasse de verbas aos estados e municípios que não respeitarem essa exigência no prazo estabelecido, muito pequeno na opinião da senadora.

- Este projeto pretende apro-

fundar medidas voltadas para um pseudo-engajamento da máquina pública. O problema das administrações públicas, seja da União ou dos estados e municípios, é um problema de caixa, e isso não se resolve demitindo funcionários públicos, como se fosse a única saída - afirmou.

Outro ponto discutido pela senadora foi a diferenciação proposta entre servidores com atividades definidas como "exclusivas de Estado", que terão garantias especiais estabelecidas por lei complementar, e os demais, "a maioria passível de demissão, sem qualquer direito". A quebra do Regime Jurídico Único também foi questionada por Emília Fernandes, que considerou "incompreensível" instituir Conselhos de Política de Administração e Remuneração de Pessoal, entendendo que "certamente resultarão em prejuízo para a isonomia de direitos dos servidores".

Em aparte, Ramez Tebet (PMDB-MS) disse concordar com a análise sobre a "profunda injustiça" das medidas propostas pela reforma. "Espero que possamos saná-las por meio de emendas."

STF poderá transformar as funções comissionadas

A faculdade de o Supremo Tribunal Federal (STF) transformar funções comissionadas, bem como alterar suas denominações, desde que não haja aumento de despesas, é o que prevê emenda acolhida ontem pela CCJ, ao aprovar parecer favorável do senador Josaphat Marinho (PFL-BA) a projeto de lei oriundo da Câmara, que cria, transforma e extingue cargos e funções no quadro de pessoal daquela corte.

Pelo projeto serão criados no STF 128 cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário, 89 de Técnico Judiciário e 61 de Auxiliar Judiciário, integrantes das carreiras judiciais de mesma denominação. A medida determina ainda a criação, transformação e extinção, no âmbito do Supremo, de funções comissionadas, além de dispor sobre a destinação das funções FC-01 a FC-06 no tribunal.



Josaphat: faculdade do STF

Rádio e TV transmitem debate hoje

A TV e a Rádio Senado transmitem hoje, ao vivo, a sessão da Comissão de Constituição e Justiça, marcada para apreciar o parecer do senador Romero Jucá (PFL-RR) sobre as emendas à reforma administrativa. A reunião terá início às 10h.



Ernandes Amorim: estado falido

Amorim volta a mencionar desvio do FGTS

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) pediu a transcrição nos Anais do Senado da matéria "Saquearam o Fundo", publicada pela revista *IstoÉ* desta semana, sobre o saque do FGTS dos servidores de Rondônia. Conforme o parlamentar, a matéria demonstra a grave situação em que se encontra aquele estado.

Ernandes Amorim lembrou que ele próprio já havia denunciado em plenário que o governo de Rondônia sacara indevidamente recursos que estavam depositados na Caixa Econômica Federal em contas de servidores do estado. O saldo desses trabalhadores teria ficado zerado, enquanto o dinheiro foi parar nas contas do governo.

TV Senado exhibe entrevista sobre software

O direito de propriedade sobre programas de computador é o assunto da entrevista com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que será transmitida hoje, às 9h30, pela TV Senado.

Autor do projeto já aprovado pelo Senado que visa proteger os criadores de software, Alcântara rebate as críticas à proposta, afirmando que seu texto vai ao encontro de acordo firmado pelo Brasil na Rodada Uruguáia do GATT.

Perda de R\$ 10 bilhões em isenções fiscais é uma incoerência, acusa senador. Ele cobra maiores resultados para a região Nordeste

Suassuna critica rumos da política de incentivos

Numa análise da política tributária do país, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) criticou ontem o fato de o Brasil abrir mão de R\$ 10 bilhões em isenções fiscais, praticamente a metade do PIB do Peru. Lembrando que o conjunto de medidas econômicas adotadas pelo governo no final do ano passado visava obter uma cifra de R\$ 20 bilhões, Suassuna definiu isso como uma política tributária incorreta.

Ele reclamou da carência de recursos para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste e do fato de cerca de 70% dessa isenção tributária contemplar empresas do Sul e do Sudeste. Conforme o senador, enquanto o governo prioriza investimentos nas regiões mais prósperas, a Sudene dispõe apenas de R\$ 450 milhões para investir nos projetos em andamento nos nove estados do Nordeste. Em aparte, o senador Carlos Wilson



Ney Suassuna: migração forçada

(PSDB-PE) aludiu ao risco de, com tão poucos recursos, a Sudene tornar-se uma autarquia de obras inacabadas.

Na opinião de Suassuna, essa discrepância nas prioridades de investimentos brasileiros só distancia o padrão de desenvolvimento entre as regiões. "Se o governo federal investisse no Nordeste, de lá não migrariam tantos nordestinos, intensificando os problemas sociais das regiões mais prós-

peras", afirmou. Também numa comparação com os R\$ 10 bilhões da isenção fiscal, ele disse que, com investimentos de R\$ 2 bilhões, o Brasil faria a transposição das águas do rio São Francisco, beneficiando quatro estados nordestinos e 16 milhões de pessoas.

ESCLARECIMENTO

Suassuna repeliu matéria publicada em *O Estado de S. Paulo*, na qual é listado como gazeteiro por não ter estado em Brasília na última sexta-feira. O senador esclareceu que, na última quinta-feira (dia 29), a sessão do Senado ocorreu de manhã, tendo ele saído do plenário direto para a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, onde, no início da tarde, votou-se o projeto sobre lavagem de dinheiro. afirmou que, no ano passado, não faltou a uma só sessão plenária e criticou a imprensa por negligenciar a divulgação de fatos positivos para a imagem da Casa.

Cabral quer mudar juizado especial



Cabral: Justiça mais ágil

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) apresentou projeto de lei alterando a competência funcional dos juzados especiais civis, que passariam a ter competência funcional obrigatória para conciliação, processo e julgamento das causas de menor complexidade e cujo valor não exceda a 40 vezes o salário mínimo.

De acordo com o projeto, o ajuizamento da ação, segundo o procedimento previsto nesta lei, importará renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetua-

da a hipótese de conciliação.

Conforme a justificativa do senador, a competência destina-se a dividir o trabalho jurisdicional, delimitar e circunscrever o poder do aplicador da lei para atuar em determinados casos e hipóteses. A seu ver, essa medida "contribuirá para o aperfeiçoamento da tarefa do Estado de distribuir justiça".

A proposição se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será apreciada em caráter terminativo.

Cinema brasileiro no Cultura ao Meio-Dia

O projeto Cultura ao Meio-Dia apresenta hoje, às 12h, *Panorama do Cinema Brasileiro*, de Jurandyr Noronha. O filme será exibido no Auditório Petrônio Portella e conta a história do ci-

nema desde o seu início até a eclosão do Cinema Novo, incluindo a participação em festivais e mostras internacionais.

A apresentação semanal de filmes brasileiros no Senado,

dentro do projeto Cultura ao Meio-Dia, uma iniciativa da Coordenação de Relações Públicas, teve início em setembro do ano passado.

A entrada é franca e aberta a toda a comunidade.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) sobre o projeto de lei que trata da propriedade intelectual de programas de computadores (*software*)

8h - Debate com o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) e o coordenador da Pastoral da Criança Rogério Arns sobre o trabalho voluntário e os programas do Comunidade Solidária

9h30 - Entrevista com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) sobre o projeto de lei que trata da propriedade intelectual de programas de computadores (*software*)

10h - Comissão de Constituição e Justiça - apreciação do projeto da reforma administrativa

Logo após: Comissão de Assuntos Sociais - apreciação do projeto de lei que trata do vínculo empregatício entre trabalhadores cooperativados

4h30 - Sessão plenária (vivo)

Logo após: Comissão de Relações Exteriores - que aprecia a indicação de Mário Augusto Santos e Sýnysio Sampaio Goes Filho para exercerem o cargo de embaixador do Brasil na Ucrânia e em Portugal

20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - Sessão plenária (representação)

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

0h40 - "Senado em Pauta"

1h - Debate com o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) e o coordenador da Pastoral da Criança Rogério Arns sobre o trabalho voluntário e os programas do Comunidade Solidária

2h - "Jornal da Amazônia"

2h15 - "Senado em Pauta"

2h30 - Sessão plenária (representação)

6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

7h40 - Música e informação

10h - Comissão de Constituição e Justiça

Em seguida - Música e informação

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

13h45 - Música e informação

14h - "Plenário em Revista"

14h30 - Sessão plenária

Em seguida - Música e informação

19h - "A Voz do Brasil"

20h - Música e informação

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

22h45 - Música e informação

0h - Retransmissão da sessão plenária

4h - Música e informação até as 7h30

Pareceres de três relatores são favoráveis e serão consolidados em apenas um. Se for aprovada, a nova legislação acabará com o passe, mudará relação trabalhista dos jogadores e transformará clubes em empresas

Lei Pelé irá a votação amanhã em três comissões

Após a leitura dos três pareceres favoráveis sobre a Lei Pelé - apresentados pelos senadores Leomar Quintanilha (PPB-TO), pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); Artur da Távola (PSDB-RJ) pela Comissão de Educação (CE); e Benedita da Silva (PT-RJ) pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) -, o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), concedeu ontem vista coletiva da matéria, antes da discussão e votação em nova reunião conjunta amanhã, às 10h.

Os três relatórios contêm pontos de vista semelhantes sobre a maioria das propostas introduzidas pelo projeto, que já foi aprovado sob a forma de substitutivo pela Câmara dos Deputados. Por essa razão, Bernardo Cabral deverá designar um dos relatores para consolidar os três pareceres.

As 25 emendas apresentadas na CCJ são, em sua grande maioria, de redação, pondera o relator, que concentrou sua análise nas propostas consideradas polêmicas. Ele aprovou a Emenda nº 1, apresentada pelo senador

Gilvam Borges (PMDB-AP), estabelecendo que "será reconhecida apenas uma entidade nacional de administração do desporto por modalidade de prática desportiva". Acaitou parcialmente as de nº 3 e 4, do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), que dispõem sobre a realização de bingos e sorteios por entidades esportivas.

O projeto prevê o fim da lei do passe e revê a questão trabalhista do jogador de futebol, transformando os atuais clubes de prática desportiva em sociedades comerciais ou civis com fins lucrativos. Sobre essa questão, Quintanilha lembrou que o ministro extraordinário dos Esportes, Pelé, é de opinião que se deve "adequar a realidade existente no âmbito das referidas entidades desportivas, que hoje comercializam contratos de atletas e direitos de imagem, além de contratarem com grandes empresas de marketing e material desportivo".

A proposição também define as normas gerais para a prática desportiva profissional, especificando, inclusive, a competência do Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Com 97 artigos, a Lei Pelé relacio-



Como presidente da CCJ, Cabral, ao centro, dirigiu a reunião conjunta

na ainda as penas disciplinares para transgressões ocorridas nas competições desportivas, que vão da simples advertência à suspensão ou exclusão do atleta do campeonato ou torneio e revisa as normas que disciplinam o sorteio de bingos.

Nesse sentido, Artur da Tá-

vola destacou o acerto da proposta que, no capítulo referente ao bingo, adota o texto integral da medida proposta pela Comissão Parlamentar de Inquérito que funcionou na Câmara durante o ano passado, para investigar as distorções constatadas nessa atividade. Conforme Távola, a citada CPI

foi instalada com o objetivo de averiguar as denúncias que vinculavam o bingo com o jogo do bicho, esquemas de corrupção, fraudes, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro.

Apesar de ter acolhido o substitutivo da Câmara, Benedita da Silva manifestou algumas reservas ao texto. Ela entende, por exemplo, que a ênfase da proposição reside na busca de soluções para o desporto de rendimento, de caráter profissional. Na sua opinião, a tarefa urgente do Congresso e do Poder Executivo deveria ser "dedicarem-se, efetivamente, à questão da promoção do desporto educacional como prioridade, com enfoque especial para a questão da destinação de recursos públicos e incentivos financeiros".

Benedita elogiou, entretanto, a caracterização do contrato de trabalho do atleta profissional como vínculo empregatício, sem necessidade de indenização ao empregador após sua extinção. Ela considerou o dispositivo "um expressivo passo na superação definitiva da servidão do atleta profissional."

ACM recebe diretores da Aneel

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem os diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que pediram audiência para "agradecer a atenção e rapidez com que o Senado apreciou os nomes dos diretores indicados para o órgão e que foram sabatinados pelos parlamentares", conforme informou José Mário Abdo, diretor-geral da agência.

De acordo com o diretor

da Aneel, o problema das constantes faltas de energia no Rio de Janeiro não foi abordado no encontro. Abdo reconheceu, no entanto, que a agência está levantando informações tanto na Light quanto na Companhia Energética do Rio de Janeiro, para avaliar o problema e determinar sanções aos concessionários. "caso eles não estejam cumprindo integralmente os termos dos contratos de concessão".



Os diretores da nova agência na audiência